



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638376 - SP (2021/0000716-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDA COSTA TEIXEIRA - SP318411
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WELLINGTON SUZA FERNANDES (PRESO)
PACIENTE : ANDERSON ALVES DO NASCIMENTO (PRESO)
CORRÉU : RAILAN DIAS DO NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON SUZA FERNANDES e OUTRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0002277-43.2017.8.26.0535).

Os pacientes foram condenados à pena de 8 anos de reclusão pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/06, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

A impetrante sustenta que não há provas suficientes para a condenação dos pacientes pelo crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/06). Além disso, aduz que os pacientes preenchem os requisitos do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06 e fazem jus à redução de pena no patamar de 2/3. Ademais, argumenta que o regime inicial de pena deve ser abrandado para o aberto ou semiaberto. Por fim, alega que, em caso de deferimento dos pleitos anteriores, deve a pena privativa ser substituída pela restritiva de direitos.

Requer, em pedido liminar, sejam os pacientes mantidos em liberdade até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem "a fim de absolver os pacientes da imputação do artigo 35, da lei n.º 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo penal, como acertadamente realizado pela magistrada de piso, bem como para aplicar aos pacientes o redutor previsto no artigo 33, §4º, da lei n.º 11.343/2006 no grau máximo e para modificar o regime inicial de cumprimento de pena do fechado para o semiaberto ou aberto, com a consequente substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos" (fls. 17-18).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexiste flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente